



Maria Lacerda de Moura: por uma ética libertária

Maria Lacerda de Moura: for a libertarian ethic

Maria Lacerda de Moura: por una ética libertaria

Noelen Alexandra Weise da Maia [*]

[*] Doutoranda em Ciências Humanas na UFSC. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001. E-mail: noelenweise@gmail.com.

Em 1932, a editora Civilização Brasileira, publicava o livro *Amai e... não vos multipliqueis*, da escritora, educadora e libertária Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Escrevendo em um país que recém havia abolido a escravidão, profundamente patriarcal e, com 80% da população analfabeta (Leite 1997, 241), Moura foi uma voz crítica à sociedade burguesa de sua época que, segundo ela, não passava “de um imenso bordel de vampiros da consciência e proxenetas da razão humana” (Moura 1932, 23). O livro, em um movimento de recuperação dos escritos da autora, foi reeditado em 2022, pela Chão Editora – embora já circulasse na internet antes mesmo de sua reedição. Esta, por sua vez, é uma resenha da primeira edição¹.

Educadora e militante anarquista, nascida em 1887, na cidade de Barbacena/MG, Moura se aproximou dos ideais libertários ainda na Escola Normal de Barbacena/MG, onde se formou em 1904. Em 1921, junto com Bertha Lutz e outras mulheres, criou a Federação Internacional Feminina, que tinha como objetivo alcançar a emancipação feminina, sobretudo por meio da conquista dos direitos civis. No entanto, sua participação na Federação durou pouco e, no ano seguinte, distanciou-se do movimento por entender que o direito ao voto não levaria à emancipação das mulheres (Rago 2007).

Fiel aos seus ideais, em 1926, Moura abandonou o magistério público passando a atuar como professora particular e escritora, desta feita “assumiu uma atitude profissional, afastada tanto

¹ Todas as citações diretas correspondem à grafia do texto publicado em 1932.

da tutela do Estado brasileiro, como do movimento sufragista” (Leite 1997, 243). Seus escritos tiveram bastante circulação no período, sendo convidada para dar palestras e publicar em revistas libertárias no Brasil e no exterior (Leite 1997, 243). Além disso, “foi colaboradora constante nos jornais anarquistas de Edgar Leuroth e sua participação nos festivais anarquistas foi frequente, através de conferências educativas e peças teatrais doutrinárias” (Leite 1997, 245).

Embora tal circulação no período, seus escritos passaram por um processo de esquecimento na literatura feminista, ao menos até a década de 1980, quando Miriam Moreira Leite, em seu processo de doutoramento, passou a recuperá-los para a escrita de uma biografia. Além da tese *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura (1984)*, a pesquisa realizada por Leite contribuiu para a compilação dos escritos da autora em um arquivo que, em 2024 foi doado para o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Importa destacar que, embora se tenha acesso a alguns materiais publicados por Moura, inclusive com reedições atuais, acredita-se que ela tenha produzido mais do que hoje está disponível para acesso (Araujo e Barros 2022).

Reeditado em 2022 *Amai e... não vos multipliqueis* é dividido em quatro partes, as quais se subdividem em outras subpartes, além de uma espécie de introdução, onde a autora respondeu às críticas realizadas a ela, sobretudo, aos questionamentos relacionados à sua vinculação ideológica programática. Assim, na introdução do livro, intitulada *Um programa? Declaração de Princípios?...*, Moura rebateu aqueles que exigiam dela um posicionamento ideológico. Escrevendo em um contexto pós Primeira Guerra Mundial, ela afirmou que não tinha mais a ilusão de ser uma revolucionária que luta por uma organização social mais equitativa, uma vez que “em nome do Amôr e da Justiça, em nome da Solidariedade Humana [...], em nome das Cruzadas Religiosas, em nome do ídolo da Honra, em nome do Direito, da Pátria, da Civilização se estraçalham como animais ferozes” (Moura 1932, 15).

Assim, respondendo aqueles que exigiam a definição de suas reivindicações, bem como de sua vinculação político-partidária, Moura reivindicou a si mesma como um programa. O conhecimento de si, nesse sentido, tornava-se ponto fundamental. Se distanciando da hipocrisia dos moralistas que pregavam uma coisa e faziam outra (citando seus críticos que frequentavam casas de prostituição e no outro dia defendiam a tríplice Deus, Pátria e Família), ela afirmou um compromisso consigo e com a sua consciência. No entanto, seu individualismo não ignorava as desigualdades, tampouco as guerras, no seu “programa de evolução interior está, [...], o dever de protestar, com todas as forças da conciencia, contra todas as causas de conflitos entre os homens” (Moura 1932, 20).

Neste sentido, na primeira parte, intitulada *Fora da Lei*, Moura definiu o tom do texto: crítico e sem meias palavras. Assim, a autora teceu críticas incisivas à forma como a sociedade tratava a mulher. Em uma sociedade burguesa e patriarcal que afirmava a subalternidade feminina por meio da diferença sexual, ela sustentava que a inteligência não era privilégio do homem, assim como, o sentimento não era exclusividade das mulheres. No entanto, sua argumentação não se bastava na reivindicação de direitos iguais, uma vez que, em uma sociedade baseada na exploração, reivindicar direitos iguais era reivindicar o direito de também explorar.

Com isso, Moura se afastou das proposições feministas do período. Para a educadora, as reivindicações feministas não deveriam estar restritas à conquista dos direitos civis e políticos, mas aos “verdadeiros direitos femininos que são direitos humanos: os de indivíduo, direito à liberdade, direito à vida, direito animal na escala zoológica” (Moura 1932, 39). Nesse sentido, a reivindicação dos direitos civis significava reivindicar o direito de fazer parte do declínio coletivo, representado pela perda da consciência humana. Para ela, todas essas instâncias representavam a “prostituição, dentro ou fora do casamento” (Moura 1932, 50).

Mesmo que a mulher ocupasse tais espaços, para Moura, ela não alcançaria a alcunha de “cidadão”, uma vez que este designa homens. Assim, as mulheres tinham os deveres de cidadão, embora não gozassem dos direitos de cidadania. Para tanto, a liberdade da mulher – assim como do homem – estava justamente na deserção. Não estava na reivindicação de direitos dentro de uma sociedade baseada na exploração da/o outra/o, mas numa busca por conhecer-se, realizar-se a amar ao próximo.

Na sociedade burguesa patriarcal, a mulher sempre seria explorada e, se fosse proletária, duplamente explorada. No centro da discussão o corpo, ou melhor, o controle dele. Nesse ínterim, na segunda parte do livro, intitulado *O Ídolo da Honra*, Moura discutiu, sobretudo, a dupla moral para os sexos, onde, através do culto à virgindade, se negava o exercício da sexualidade para as mulheres, enquanto para os homens a prática sexual era estimulada. É nesta contradição que a autora inseriu a prostituição como necessária para a sustentação da moral da instituição familiar.

Moura acusava a hipocrisia do discurso moral da época, sustentado em grande parte pela biologia e medicina, que obrigava uma vida casta para a “mulher honesta”², ao mesmo tempo que afirmava as necessidades sexuais masculinas, criando, portanto, a prostituição como um elemento

² Para Moura (1932), a “mulher honesta” e a prostituta são efeitos de um mesmo padrão de poder centrado do domínio sexual da mulher pelo homem. Enquanto a primeira encarna os ideais burgueses de feminilidade e de família, a prostituta representa justamente sua antítese. Ambas, por sua vez, são fundamentais para a sustentação da sociedade burguesa.

imprescindível para a manutenção da organização social burguesa – mesmo que negada. Na visão da autora, a prostituição era um grande problema social, assim como a fome, a autoridade e a exploração do homem pelo homem. No entanto, longe de fazer coro ao discurso moral, para ela a prostituição consistia em um problema pois se utilizava das fragilidades econômicas das mulheres para as explorar sexualmente.

Nesse sentido, Moura discutiu sobre a maternidade, tecendo duras críticas ao discurso médico que não hesitava em elencar as benesses das casas de tolerância, mas que, ao mesmo tempo, ignoravam as demandas por métodos contraceptivos, alegando serem imorais. Para ela, a maternidade deveria ser consciente, limitada e através dela haveria “o combate aos crimes passionais, é o extermínio do infanticídio, é a questão resolvida da lei de população” (Moura 1932, 165). Desta forma, a maternidade consciente estava inserida num contexto mais amplo que a esfera privada, uma vez que se relacionava diretamente com as teses neo-malthusianas.

Ao referenciar Thomas Malthus e Charles Robert Drysdal, Moura traçou inúmeros elogios à teoria neo-malthusiana e enalteceu a grandiosidade dos autores citados, para o campo dos estudos populacionais. Na terceira parte do livro, intitulada *A Lei da População*, a autora aprofundou sua concepção de maternidade consciente, discutindo as teorias do controle de natalidade, no entanto, se colocando no campo oposto das discussões neomalthusianas hegemônicas.

De acordo com Gilson Leandro Queluz (2013, 133), “no pensamento libertário, a eugenia será vista como caracteristicamente antiestatal, opositora de práticas intervencionistas sobre os corpos e de restrição às liberdades individuais”. Posto isto, o discurso neomalthusiano em Moura teve como ponto principal a liberdade feminina, onde a mulher decidiria sobre se e quantos filhos teria, de forma consciente.

Assim, a educação sexual de maneira igualitária emergia como um elemento fundamental, uma vez que apenas através do conhecimento sobre si mesma, a mulher poderia fazer uma escolha lúcida e informada sobre a maternidade. Além disso, essa escolha não se relacionava única e exclusivamente com a libertação da mulher, uma vez que, para a autora, “a pobreza é um problema sexual” (Moura 1932, 129). Desta feita, patriarcado e capitalismo estavam intimamente ligados, uma vez que a exploração das mulheres sustentava a exploração proletariado e vice-versa.

Já na última parte do livro, intitulada *Gregorio Marañon e os “Tres Ensayos sobre la Vida Sexual”*, Moura abordou o discurso médico, mais especificamente em oposição aos escritos do médico espanhol Gregorio Marañon (1887-1960), de onde a autora retirou a conclusão de que “o problema humano é uma questão sexual” (Moura 1932, 241). Se para o médico, a questão sexual era um problema em razão de que, ao reivindicar sua liberdade, a mulher fugiria de sua natureza,

para Moura, o problema estava justamente naquilo que ela chamou de *biologia social*. Para a autora, os discursos médicos e biológicos que naturalizavam a desigualdade sexual, estavam baseados muito mais em questões sociais do que puramente biológicas. Portanto, embora partissem de uma mesma afirmação, estavam em campos diametralmente opostos.

A produção literária de Maria Lacerda de Moura está embebida no contexto histórico, político e social e corresponde diretamente a ela; fato que fica evidente em *Amai e... não vos multipliqueis*, livro que é um aporte significativo, ainda hoje, para as teorias feministas, mas também um documento histórico valioso – não só para a história das mulheres. Sua trajetória foi marcada pela não definição, ou melhor, pela sua não inserção em um programa partidário ou militante específico. Seu programa era o individualismo. No entanto, era um individualismo que, de acordo com Mirian Moreira Leite, fazia oposição ao cenário de intensa urbanização e que “apesar do tom agressivo de uma proclamação, estava envolvida por um misticismo (ou espiritualismo) na linha de Tolstoi, Gandhi e Romain Rolland, de resistência passiva e não-violência, na direção da fraternidade universal” (Leite 1997, 249).

Desta feita, seu isolamento em relação à civilização (como em determinados momentos Moura se refere à sociedade em que estava inserida) baseava-se numa ética de não-violência e fraternidade, mas, sobretudo, respeito à liberdade do ser humano enquanto um ser que vive no mundo e está conectado com ele. Isso fica nítido quando afirmou que “Sou humana: e já é um programa, o programa universal da solidariedade biocósmica, programa eterno e infinito” (Moura 1932, 17).

Referências Bibliográficas

Araujo, Fernanda da Costa Monteiro; e Barros, Bárbara Moreira Silva de. Arquivos e Feminismo: o acervo de Maria Lacerda de Moura. *História e Cultura*, 11, 1 (2022). <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3586>. Acesso em: 30 mai 2025.

Leite, Miriam Lifchitz Moreira. “A Documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)”. *Revista Brasileira de História* 17, n. 33 (1997).

Moura, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

Queluz, Gilson Leandro. 2013. “Representações de Eugenia no Pensamento Anarquista Brasileiro.” Em *Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades*, organizado por André Mota e Maria Gabriela S. M. C. Marinho. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina; UFABC,

Universidade Federal do ABC; CD.G Casa de Soluções e Editora. https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2022/12/A_Eugenia_e_o_Ideario_Antiurbano_no_bras.pdf#page=133. Acesso em 5 de julho de 2023.

Rago, Margareth. 2007. “Ética, Anarquia e Revolução em Maria Lacerda de Moura.” Em *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições, 1889–1945*, organizado por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/anarquismo%20y%20genero_rago.pdf. Acesso em 5 de julho de 2023.